

Governo diz que haverá déficit

JORNAL DE BRASÍLIA

As contas públicas entrarão em desequilíbrio se o governo aceitar todas as propostas apresentadas por empresários e trabalhadores para o entendimento nacional. Esta é a conclusão preliminar a que chegou o corpo técnico do Ministério da Economia, após uma rápida análise do documento "Esforço Nacional Pela Estabilização", apresentado pelas duas partes na última terça-feira. As medidas cobradas do governo gerariam despesas em volume maior do que sua capacidade de aumentar as receitas, concluíram os técnicos.

O secretário especial de Política Econômica, Antonio Kandir, evitou comentar as propostas de empresários e trabalhadores. Deixou claro, porém, que o governo rejeitará alguns pontos do documento que possam alterar o atual equilíbrio de suas contas. "É evidente que na possibilidade de um desequilíbrio financeiro do setor público, não haverá possibilidade de entendimento nesta área", afirmou.

Kandir está coordenando os estudos das propostas para o entendimento nacional. Ontem à tarde, realizou-se a primeira reunião para discutir o assunto entre a minis-

tra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e seus principais auxiliares. Participaram do encontro, além de Kandir, o secretário-executivo do Ministério da Economia, João, Maia, e o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris. No início da noite, uniram-se ao grupo os secretários da Fazenda Nacional e do Planejamento, Geraldo Gardenalli e Marcos Fonseca.

Mais cortes

Com a chegada dos dois secretários, as discussões concentraram-se sobre o corte adicional de despesas no Orçamento Geral da União (OGU) do próximo ano. O grupo analisou a capacidade do corte adicional — programado em 10% das despesas — compensar a perda de receita proposta pelos outros integrantes do entendimento nacional. Foi sugerida ao governo a redução da taxação do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) e a contenção de tarifas públicas, entre outros pontos.

Será hoje a reunião entre a ministra Zélia Cardoso de Mello e os ministros da Justiça e do Trabalho, Jarbas Passarinho e Rogério Magri, para analisar a proposta dos empresários e trabalhadores a ní-

vel ministerial. Na segunda-feira pela manhã, os três ministros serão recebidos pelo presidente Fernando Collor. Neste encontro, será definida a resposta do governo e que será apresentada na reunião do entendimento nacional, marcada para a tarde do mesmo dia.

Abono

Alguns pontos apresentados ao governo exigirão estudos detalhados, como a concessão de um abono já em dezembro. Está sendo analisado o impacto de tal medida sobre o crescimento da massa salarial do País (total dos salários efetivamente à disposição dos trabalhadores). Uma elevação concentrada num mês de consumo aquecido, como dezembro, poderia provocar uma pressão inflacionária significativa, observam técnicos do Ministério da Economia.

A vinculação dos reajustes de preços e salários e metas prefixadas de inflação futura, também exigirá estudos apurados. O abrandamento da política monetária — através da redução das taxas de juros —, está intimamente relacionado com a prefixação. O governo diminuirá o aperto monetário quando tiver certeza de que a prefixação está gerando resultados. (AE)